



PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª (SÉTIMA) VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

Av. Cândido de Abreu, 535, 4º andar – Fórum, Centro Cívico – CEP 80530-000. Telefone (41) 3254-1999

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0000807-60.2004.8.16.0001 PROJUDI)

A Doutora CARLA MELISSA MARTINS TRIA, MMa. Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos **Autos de Cobrança n. 0000807-60.2004.8.16.0001 (PROJUDI)**, que move **CONJUNTO RESIDENCIAL MORADA DAS ARAUCÁRIAS I** em face de **BELA VISTA INCORPORAÇÕES LTDA. (CNPJ: 00.137.136/0001-48)**, será levado a leilão judicial o bem abaixo descrito, observadas as seguintes condições:

1º Leilão em 10/04/2017 às 10h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;

2º Leilão em 24/04/2017 às 10h00min, pela melhor oferta, salvo preço vil.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados presencialmente no escritório do leiloeiro, com endereço à Rua Marechal Deodoro, 235, Sala 101/102, Curitiba/PR, **Telefone 0800.052.4520**, com **transmissão ao vivo** pela internet, bem como eletronicamente com recepção de lances *online* através do site **www.oleiloes.com.br**, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data do leilão.

LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site **www.oleiloes.com.br** ou (41) 99870-7000.

DESCRIÇÃO DO BEM: APARTAMENTO Nº 401 DO BLOCO 01 DO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADA DAS ARAUCÁRIAS, SITUADO NA RUA PINHEIRO GUIMARÃES Nº 420, COM ÁREA CONSTRUÍDA PRIVATIVA DE 79,9700 M², ÁREA COMUM DE 9,0698 M², ÁREA DE CIRCULAÇÃO E GARAGEM DE 19,2119 M² E ÁREA CONSTRUÍDA GLOBAL DE 108,2517 M², COM AS DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NA MATRÍCULA Nº 84.114 DA 6ª CRI DE CURITIBA. IF: 65.150.074.012-7. **LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Pinheiro Guimarães, 420, Santa Quitéria, Curitiba/PR,

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 368.000,00 atualizado até 22/03/2017. (Valor original: R\$ 365.000,00, ao mov. 119.1).

ÔNUS: Consta na Matrícula: R-1: Penhora proveniente dos Autos nº 273/1997, em trâmite perante a 5ª Vara Cível de Curitiba. Consta no Rosto dos Autos: Penhora proveniente dos Autos nº 0004661-53.2008.8.16.0185 em trâmite, na época do registro, perante a 2ª Secretaria de Execuções Fiscais Estaduais, conforme certidão de mov. 1.13. Débitos de IPTU: O ofício remetido à Prefeitura de Curitiba ainda não retornou com informações dos débitos, entretanto constam débitos no valor de R\$ 8.305,82 conforme relação de débitos ao mov. 182.1. Outros débitos: O ofício nº 11002/2016 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o Ofício nº 11004/2016 remetido ao IAP e a Intimação nº 11007/2016 remetida ao Síndico do Conjunto Residencial Morada das Araucárias ainda não retornaram com informações.

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 322.323,55 (mov. 48.1), sujeito à atualização.

DEPOSITÁRIO: A Executada.

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo credor; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida por quem remir; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, a ser rateada entre as partes. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão e ressarcimento, com correção.

INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao leiloeiro até o início do leilão, na forma do art. 895 do CPC. Não há recurso pendente de julgamento neste feito. A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter *ad corpus*. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. O bem será entregue livre e desembaraçado de quaisquer ônus, inclusive os de natureza *propter rem* (art. 130, § único, do CTN e art. 908 do CPC), salvo eventual responsabilidade pela imissão na posse, que ficará a cargo do arrematante, consubstanciado pela assinatura do auto de arrematação (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenham sido anteriormente intimados por qualquer outro meio legalmente estabelecido, fica intimada a executada BELA VISTA INCORPORAÇÕES LTDA. (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação da executada, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o(s) bem(s) poderá(ão) ficar, a critério do Juízo, disponível(is) para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 22/03/2017. Eu, Leiloeiro Público Oficial, que o fiz digitar, por ordem da MMa. Juíza de Direito.

CARLA MELISSA MARTINS TRIA
Juíza de Direito